



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

VICTOR GONÇALVES DAHER ROMANO

**A ATUAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NA PREVENÇÃO DE CRIMES EM
CIDADES INTERIOANAS**

GOIÂNIA – GO

2026



VICTOR GONÇALVES DAHER ROMANO

A ATUAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NA PREVENÇÃO DE CRIMES EM CIDADES INTERIORANAS

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESp) pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás, sob a orientação da Prof^ª. Dra. Reycilane Carvalho Silva.

GOIÂNIA – GO

2026



A ATUAÇÃO DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NA PREVENÇÃO DE CRIMES EM CIDADES INTERIORANAS

THE ROLE OF COMMUNITY POLICING IN CRIME PREVENTION IN SMALL TOWNS

Victor Gonçalves Daher Romano¹
Reycilane Carvalho Silva²

Resumo: A presente pesquisa analisou a atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), por meio do policiamento comunitário, como estratégia organizacional de prevenção criminal e fortalecimento institucional em cidades interioranas. O estudo buscou compreender de que maneira a aproximação entre polícia e sociedade contribui para a redução da criminalidade, o fortalecimento da confiança social, a melhoria da imagem institucional da corporação e a ampliação da eficiência preventiva das ações de segurança pública. A pesquisa delimitou-se ao município de Piracanjuba-GO, considerando ações preventivas realizadas pela Polícia Militar, como palestras educativas, visitas escolares, orientações comunitárias e participações em meios de comunicação locais. Adotou-se abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, utilizando o método dedutivo e procedimentos técnicos baseados em pesquisa bibliográfica, documental e análise observacional das atividades preventivas desenvolvidas pela corporação. Os resultados evidenciaram que as ações de policiamento comunitário fortalecem a relação entre a Polícia Militar e a comunidade, favorecem a conscientização da população e contribuem para a prevenção de comportamentos de risco. Verificou-se, contudo, que parte significativa dessas atividades não é registrada de forma padronizada nos sistemas institucionais, dificultando a produção de indicadores e a mensuração do trabalho preventivo realizado. Como contribuição, o estudo propôs um formulário eletrônico destinado ao registro das ações preventivas, visando aperfeiçoar o planejamento institucional, a gestão organizacional e a valorização do policiamento comunitário.

Palavras-chave: Polícia Comunitária; Segurança Pública; Polícia Militar; Ações preventivas.

Abstract: This research analyzed the operations of the Goiás State Military Police (PMGO)—specifically through community policing—as an organizational strategy for crime prevention and institutional strengthening in inland cities. The study sought to understand how closer ties between the police and society contribute to reducing crime, bolstering public trust, improving the force's institutional image, and enhancing the preventive efficiency of public security actions. The research focused on the municipality of Piracanjuba, Goiás, examining preventive measures carried out by

¹ Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2008 a 2013). Atualmente ocupa o Posto de Capitão da Polícia Militar do Estado de Goiás, exercendo a função de Comandante da 6ª Companhia Independente da Polícia Militar/19º CRPM, sendo a Unidade sediada na cidade de Piracanjuba-GO.

² 1º Sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO); Pesquisadora e Assessora de Políticas Institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO); Doutora em Sociologia Política (UFG); Pós-doutora em Direitos Humanos (UFG); Pós-doutoranda em Geopolítica (UEG) e em Neurociência do Trabalho (USP).



the Military Police, such as educational talks, school visits, community guidance sessions, and participation in local media. A qualitative approach of an exploratory and descriptive nature was adopted, utilizing the deductive method and technical procedures based on bibliographic and documentary research, as well as observational analysis of the preventive activities conducted by the force. The results demonstrated that community policing initiatives strengthen the relationship between the Military Police and the community, raise public awareness, and contribute to the prevention of risky behaviors. However, it was found that a significant portion of these activities is not recorded in a standardized manner within institutional systems, hindering the generation of indicators and the measurement of the preventive work performed. As a contribution, the study proposed an electronic form for recording preventive actions, aiming to improve institutional planning and organizational management while highlighting the value of community policing.

Keywords: Community Policing; Public Security; Military Police; Preventive actions.

1. INTRODUÇÃO

O aumento da criminalidade, da violência urbana e das transformações das práticas delituosas tornou a segurança pública um cerne para as principais demandas sociais no Brasil. Neste cenário, as instituições policiais passaram a enfrentar desafios relacionados não apenas ao combate à criminalidade, mas também ao fortalecimento das ações preventivas e da relação institucional com a comunidade.

Assim, o modelo tradicional de policiamento, historicamente, caracterizou-se pela atuação centrada na repressão imediata ao crime e no atendimento reativo das ocorrências policiais. Contudo, as mudanças sociais observadas nas últimas décadas demonstraram a necessidade de adoção de estratégias preventivas e comunitárias capazes de fortalecer a relação entre polícia e sociedade, e reduzir fatores associados à criminalidade.

Com isso, o policiamento comunitário consolidou-se como importante estratégia de segurança pública baseada na aproximação entre polícia e sociedade, no fortalecimento das ações preventivas e na participação social na construção da segurança local. Nesse sentido, atividades desenvolvidas pela Polícia Militar, como palestras educativas, visitas escolares, orientações comunitárias e participação em meios de comunicação, evidenciam que a segurança pública também exerce função educativa, social e institucional, além da repressão criminal, ademais, a aproximação entre polícia e comunidade contribui diretamente para o fortalecimento da confiança social e da legitimidade institucional da corporação. Em cidades interioranas, essa relação mostra-se ainda mais relevante devido ao contato mais frequente entre policiais militares e a população local, favorecendo ações de conscientização social, prevenção criminal e fortalecimento estatal.



Neste espectro, o trabalho científico aqui proposto foi desenvolvido sob a perspectiva da Gestão Organizacional aplicada à Segurança Pública, com enfoque no diagnóstico institucional e na análise das estratégias preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) no contexto do policiamento comunitário. A realização desta pesquisa justifica-se pela importância de compreender como as ações preventivas e comunitárias podem contribuir para o fortalecimento institucional, melhoria da eficiência organizacional e a ampliação da capacidade preventiva da corporação.

Diante desse cenário, o presente estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: De que maneira a atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás, por meio do policiamento comunitário, contribui para a prevenção criminal, fortalecimento da confiança social e melhoria da eficiência institucional junto à comunidade local?

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar de que maneira a atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás, por meio do policiamento comunitário, contribui para a prevenção criminal, fortalecimento da confiança social e melhoria da eficiência institucional junto à comunidade local. E como objetivos específicos compreender a importância da proximidade entre polícia e sociedade no fortalecimento da confiança social e da legitimidade institucional da Polícia Militar; analisar o policiamento comunitário como estratégia organizacional e preventiva desenvolvida pela Polícia Militar do Estado de Goiás; verificar de que maneira a atuação da polícia comunitária contribui para redução da criminalidade nos locais em que esse modelo de policiamento é desenvolvido; e propor diretrizes voltadas ao fortalecimento das ações de policiamento comunitário desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado de Goiás, visando ampliar a prevenção criminal, a conscientização social e a valorização institucional das atividades preventivas realizadas junto à comunidade local.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa adotou abordagem qualitativa, utilizando o método dedutivo como fundamento para a análise do problema investigado. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva, sendo desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, complementada pela análise observacional das ações preventivas realizadas pela PMGO no contexto do policiamento comunitário. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando compreender a contribuição dessas ações para a prevenção criminal, o fortalecimento da confiança social e a eficiência institucional da corporação.



Além desta introdução, o artigo encontra-se estruturado em cinco seções. A segunda apresenta a revisão da literatura, abordando os fundamentos da polícia comunitária e sua contribuição para a segurança pública. A terceira descreve os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. A quarta apresenta e discute os resultados obtidos. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, destacando as principais conclusões e contribuições do estudo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Conforme previsto no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a Polícia Militar é responsável pela preservação da ordem pública e pela realização do policiamento ostensivo (Brasil, 1988). Nesse contexto, a PMGO desenvolve ações preventivas e comunitárias voltadas à promoção da segurança social e ao fortalecimento da presença estatal junto à sociedade (Goiás, 2025).

Nas últimas décadas, o Brasil passou a enfrentar elevados índices de criminalidade violenta, tornando a segurança pública uma das maiores preocupações da sociedade brasileira. E com a expansão da violência urbana, o fortalecimento das organizações criminosas, os crimes patrimoniais, o tráfico de drogas e a ampliação dos delitos praticados no ambiente virtual demonstram a complexidade dos desafios enfrentados pelas instituições de segurança pública (Ferreira; Rossoni; Oliveira, 2022).

Apesar desse cenário nacional, o Estado de Goiás vem apresentando resultados expressivos na redução dos índices de criminalidade. Dados divulgados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública demonstram que Goiás encerrou o ano de 2025 como o quinto estado brasileiro com menor índice de mortes violentas do país, registrando média de 11,27 assassinatos a cada 100 mil habitantes, índice inferior à média nacional de 15,97 mortes violentas (Goiás, 2025).

Segundo informações divulgadas pelo Governo de Goiás, o Estado registrou 808 homicídios no ano de 2025, número 16% inferior ao registrado em 2024, quando ocorreram 959 casos. Na comparação com o ano de 2018, período em que Goiás registrou 2.117 homicídios, a redução alcança aproximadamente 62% (Goiás, 2025). Além disso, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc/IBGE) mostram que entre 2012 e 2016, as taxas eram superiores a 43 homicídios por 100 habitantes, integrando o grupo dos estados mais violentos do Brasil (Goiás, 2025).



Nesse período, o Governo de Goiás realizou investimentos superiores a R\$ 30 bilhões na área da segurança pública, incluindo a contratação de efetivo policial, aquisição de armamentos, modernização de unidades policiais, compra de viaturas e fortalecimento estrutural das forças de segurança (Goiás, 2025).

Ainda, nesse cenário, o policiamento comunitário ganha destaque como importante estratégia organizacional de prevenção criminal e fortalecimento institucional. Diferentemente do modelo tradicional, a atuação policial baseada exclusivamente na repressão criminal, o policiamento comunitário busca construir uma relação de proximidade, confiança e cooperação entre polícia e comunidade local. Segundo Ferreira, Rossoni e Oliveira (2022), o policiamento comunitário caracteriza-se como modelo institucional orientado à aproximação entre polícia e sociedade, com foco na participação social, prevenção da violência e o fortalecimento da legitimidade das instituições policiais.

De mesma forma, Rolim e Hermann (2018) destacam que a confiança da população nas instituições policiais constitui fator fundamental para a eficiência das ações de segurança pública, uma vez que baixos níveis de confiança tendem a reduzir a cooperação comunitária, ampliar a subnotificação criminal e dificulta o compartilhamento de informações relevantes para a prevenção e repressão de delitos.

E a aproximação entre a PMGO e a comunidade pode contribuir diretamente para redução dos índices criminais, pois favorece atuação preventiva sobre fatores de risco, vulnerabilidade sociais e comportamentos associados à criminalidade. Além disso, essa integração fortalece a imagem institucional do policial como representante direto do Estado, ampliando a confiança da população na corporação (Rolim; Hermann, 2018).

2.1 A proximidade entre polícia e sociedade no fortalecimento da confiança social

A relação entre polícia e sociedade representa um aspecto essencial para a efetividade das políticas de segurança pública e para o fortalecimento das instituições encarregadas da preservação da ordem pública. Historicamente, o modelo de policiamento adotado no Brasil baseou-se em práticas repressivas e reativas, voltadas, em grande parte, à resposta posterior ao delito (Ferreira; Rossoni; Oliveira, 2022).



Conforme Câmara (2013), a filosofia da polícia comunitária busca aproximar a Polícia Militar da sociedade, promovendo uma relação baseada na confiança, na cooperação e na participação social. Para o autor, o policiamento comunitário representa uma forma de atuação policial voltada à identificação e à resolução de problemas locais, permitindo maior integração entre a instituição policial e a população.

Essa aproximação fortalece a confiança social ao ampliar o diálogo entre a Polícia Militar e os cidadãos, possibilitando a construção de respostas mais compatíveis com as necessidades da comunidade. Nesse contexto, a confiança deixa de estar vinculada exclusivamente à capacidade repressiva da instituição e passa a ser construída de forma contínua por meio da presença policial, da transparência nas ações e da participação da população nas estratégias preventivas desenvolvidas pela corporação (Silva *et al.*, 2025).

Além disso, a consolidação dessa relação depende da capacidade da instituição policial de compreender as características sociais e territoriais das comunidades onde atua. Esse conhecimento permite direcionar o planejamento das ações preventivas às demandas locais e fortalece mecanismos de cooperação entre polícia e população, favorecendo a prevenção da criminalidade e a solução compartilhada dos problemas relacionados à segurança pública (Pereira; Silva, 2018).

Para além da prevenção da criminalidade, a proximidade entre polícia e sociedade influencia diretamente a percepção de segurança da população, uma vez que a atuação policial pautada na cidadania, no bem-estar coletivo, na honestidade e na segurança tende a produzir benefícios que ultrapassam a redução dos índices criminais e alcançam a melhoria da qualidade de vida. Ao analisarem a percepção dos usuários dos serviços de policiamento comunitário, Pinto *et al.* (2012) identificaram que esses atributos figuram entre os aspectos mais valorizados pela população.

2.2 O Policiamento comunitário como estratégia organizacional de segurança pública

O crescimento da violência urbana, a ampliação da criminalidade organizada e o aumento das demandas relacionadas à segurança impulsionaram os órgãos policiais a buscarem modelos de atuação mais eficientes. Segundo Azevedo e Salgado (2021), o policiamento comunitário consolidou-se como importante estratégia organizacional voltada à prevenção criminal e ao fortalecimento institucional das instituições policiais brasileiras.



Ainda, a simples presença ostensiva e a atuação reativa das forças policiais passaram a se mostrar insuficientes para enfrentar problemas relacionados à violência urbana, ao tráfico de drogas, aos conflitos comunitários e às desordens sociais. Assim, emergiu a necessidade de estratégias voltadas à prevenção criminal e à ampliação das ações preventivas das instituições policiais (Azevedo; Salgado, 2021).

A adoção do policiamento comunitário também exige mudanças na forma de atuação das instituições policiais, que passam a incorporar ações orientadas pela prevenção, pelo diálogo e pela aproximação com a comunidade. Em contraste com modelos voltados predominantemente à repressão criminal, essa estratégia prioriza a identificação das demandas locais e a construção de soluções compartilhadas, o que exige o desenvolvimento de uma cultura organizacional comprometida com a participação social e a prevenção da violência (Silva *et al.*, 2025).

Neste contexto, Chiavenato (2014) enfatiza que a gestão organizacional compreende processos de planejamento, organização e desenvolvimento estratégico voltados ao aumento da eficiência institucional. Assim, o policiamento comunitário pode ser entendido como relevante instrumento de modernização institucional e fortalecimento das ações preventivas na segurança pública.

De mesma forma, Maximiano (2017) destaca que as organizações públicas necessitam adaptar-se às demandas sociais atuais, buscando maior eficiência administrativa e fortalecimento da relação com a sociedade. Nesse sentido, a atuação preventiva da Polícia Militar, por meio do policiamento comunitário, representa importante estratégia da gestão pública aplicada à prevenção criminal e ao fortalecimento institucional da corporação.

No contexto da Polícia Militar do Estado de Goiás, Pereira e Silva (2018) destacam que a institucionalização da filosofia de polícia comunitária contribuiu para a padronização das práticas preventivas e para o fortalecimento da atuação conjunta com os Conselhos Comunitários de Segurança. Ainda que persistam desafios relacionados à participação social, sua implementação favorece maior proximidade com a população e amplia a capacidade preventiva da instituição.

Entretanto, a efetividade do policiamento comunitário depende da superação de desafios relacionados ao fortalecimento da cooperação entre os órgãos públicos, à ampliação da participação da comunidade e ao estabelecimento de canais permanentes de comunicação entre polícia e sociedade. Ao analisarem experiências de implantação desse modelo, Muniz *et al.* (1997) observaram que sua consolidação está diretamente associada à construção de relações colaborativas



capazes de integrar instituições e segmentos sociais em torno de objetivos comuns de prevenção e segurança pública.

2.3 A atuação do policiamento comunitário na prevenção e redução da criminalidade

A presença constante da Polícia Militar em bairros, escolas e espaços comunitários contribui diretamente para a prevenção de diferentes modalidades criminosas. A aproximação facilita o compartilhamento de informações sobre práticas delituosas, permitindo respostas mais ágeis das forças de segurança pública (Câmara, 2013).

Acrescenta-se que a polícia em escolas públicas e privadas, através de atividades de policiamento comunitário, demonstra de forma prática a importância dessa aproximação institucional. A realização de visitas escolares, palestras educativas, ações preventivas e orientações voltadas à conscientização de crianças e adolescentes contribui diretamente para prevenção da violência, o fortalecimento da cidadania e a redução de comportamentos de risco (Ferreira; Rossoni; Oliveira, 2022).

Por meio de medidas preventivas simples, como evitar objetos de valor visíveis em veículos, proteger residências e adotar cuidados em locais públicos, contribuem para fortalecer a segurança da comunidade. Silva e Castro (2023) enfatizam que as ações preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar também contribuem para a redução de crimes patrimoniais, como furtos e roubos, por meio da orientação e conscientização da população.

Além disso, a efetividade do policiamento comunitário na prevenção da criminalidade está diretamente relacionada ao conhecimento que a instituição policial desenvolve acerca das características e necessidades de cada comunidade. À medida que a Polícia Militar mantém contato permanente com os moradores, amplia-se a circulação de informações relevantes para o planejamento das ações de segurança, possibilitando a identificação antecipada de situações de vulnerabilidade e de fatores que podem favorecer a ocorrência de delitos (Barbosa, 2023).

Nesse contexto, o compartilhamento de informações e o diálogo permanente entre os diferentes atores envolvidos ampliam a capacidade institucional de prevenir conflitos e orientar intervenções voltadas à redução da criminalidade. Conforme evidenciam Silva e Castro (2023), essa integração possibilita maior eficiência no planejamento das ações preventivas e fortalece a construção de soluções voltadas à segurança pública.



Por fim, a presença constante da Polícia Militar em atividades educativas, reuniões comunitárias e demais iniciativas de aproximação com a sociedade contribui para o fortalecimento da cultura de prevenção, incentivando comportamentos voltados à proteção coletiva e ao exercício da cidadania. Nessa perspectiva, as ações de orientação, conscientização e participação comunitária complementam o policiamento ostensivo, reduzindo oportunidades para a prática criminosa e promovendo ambientes mais seguros. Conforme observam Pinto *et al.* (2012), a população tende a valorizar modelos de policiamento que privilegiem a proximidade, a confiança e o compromisso com o bem-estar coletivo.

3. METODOLOGIA

O delineamento metodológico representa um conjunto de procedimentos e estratégias utilizados na condução da pesquisa científica, permitindo organizar os caminhos necessários para o alcance dos objetivos propostos. Segundo Gil (2002), a metodologia possibilita estruturar de maneira lógica, o desenvolvimento da pesquisa, garantindo maior rigor científico na produção do conhecimento.

A pesquisa adotou o método dedutivo, conforme Marconi e Lakatos (2003), o método parte de conhecimentos gerais e fundamentos teóricos já consolidados para a compreensão de situações específicas. Assim, a pesquisa utilizou de teorias relacionadas à segurança pública, policiamento comunitário, prevenção criminal e aproximação entre polícia e sociedade, aplicando-se à realidade da PMGO.

Quanto ao método de abordagem do problema, foi utilizada abordagem qualitativa, que permitiu analisar os impactos das ações preventivas pela Polícia Militar, bem como compreender aspectos relacionados à percepção institucional acerca da atuação policial, da prevenção criminal e da importância do policiamento comunitário no interior do Estado de Goiás.

A pesquisa foi classificada como exploratória e descritiva, a pesquisa exploratória foi utilizada devido à necessidade de aprofundamento teórico. Já a pesquisa descritiva buscou analisar as características das ações preventivas, especialmente relacionadas às palestras educativas, participação em programas de rádio e atuação comunitária de prestação de serviço institucional.

Quanto aos procedimentos técnicos, o trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica (Gonçalves, 2022), documental (Pereira; Oliveira, 2024) e análise observacional



crítica (Prodanov; Freitas, 2013) das ações preventivas desempenhadas no contexto do policiamento comunitário. A pesquisa bibliográfica foi realizada através da análise de livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, legislações e produções relacionadas à segurança pública, polícia comunitária e prevenção criminal num período regressivo compreendido entre 2025 e 2010. A pesquisa documental utilizou de materiais institucionais da PMGO, dados oficiais relacionados aos índices de criminalidade na cidade de Piracanjuba-GO e a análise de como essas mesmas ações preventivas são registradas e tratadas no ambiente de registro de ocorrência.

Além disso, a pesquisa contou com análise prática de ações preventivas desenvolvidas no município de Piracanjuba-GO, no período entre abril de 2025 e abril de 2026 (Apêndice A). Nesse contexto, foram consideradas atividades de policiamento comunitário realizadas através de visitas escolares, palestras educativas em escolas, visitas comunitárias, participações em programas de rádios locais como a Rádio Orquídea FM e Rádio Geração FM.

Para tanto, o estudo buscou analisar como as ações de policiamento comunitário desenvolvidas pela Polícia Militar podem contribuir para a prevenção da criminalidade e para o fortalecimento da relação entre a instituição e a comunidade. Em compreender os impactos das atividades na conscientização da população, na prevenção de comportamentos de risco e na promoção da segurança pública no município de Piracanjuba-GO.

Ao final, buscou-se demonstrar a importância dessas ações preventivas para a atividade policial e para a própria instituição, destacando a necessidade de maior valorização e registro forma desses trabalhos. Muitas dessas atividades geram resultados positivos na prevenção criminal, contudo nem sempre recebem o devido reconhecimento institucional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente sessão apresenta os resultados obtidos durante a pesquisa documental e observacional desenvolvida no município de Piracanjuba-GO. Para atender aos objetivos propostos, foram analisados dados estatísticos referentes aos registros de ocorrências policiais, bem como observadas as ações preventivas desenvolvidas pela PMGO no contexto do policiamento comunitário. A análise buscou relacionar os indicadores oficiais de criminalidade com as atividades educativas, comunitárias e operacionais executadas pela corporação, identificando tanto os resultados alcançados quanto as limitações existentes na mensuração institucional dessas ações.



4.1 Evolução dos indicadores criminais em Piracanjuba-GO

A análise dos resultados teve início com o levantamento dos registros de ocorrências policiais reativas no município de Piracanjuba-GO, utilizando-se dados oficiais extraídos da Plataforma Odisseu, sistema vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás. A opção por essa base de dados decorre da sua relevância como instrumento oficial de consolidação dos Registros de Atendimento Integrado (RAIs), permitindo identificar a evolução temporal das principais ocorrências atendidas pela Polícia Militar no município.

Neste contexto, a utilização desses indicadores possibilita compreender o comportamento da criminalidade ao longo dos últimos anos, oferecendo um panorama objetivo da realidade local. Embora os registros administrativos não sejam suficientes, por si sós, para mensurar a efetividade das ações de policiamento comunitário, eles constituem importante parâmetro para análise da dinâmica criminal e para subsidiar o planejamento das ações preventivas desenvolvidas.

A partir da sistematização dos dados, foi possível observar a evolução do número dos RAIs no município de Piracanjuba ao longo da série histórica analisada, passando de 181 ocorrências em 2020 para 93 em 2025, o que representa uma diminuição aproximada de 48,6% no período. A maior redução anual foi registrada entre 2020 e 2021, quando houve decréscimo de 35,9%, seguida por novas reduções em 2022 (-11,2%) e 2023 (-18,4%). Embora tenha sido observada discreta elevação nos anos de 2024 (1,2%) e 2025 (9,4%), os quantitativos permaneceram significativamente inferiores aos registrados no início da série histórica, conforme demonstrado na Tabela 1 e gráfico 1.

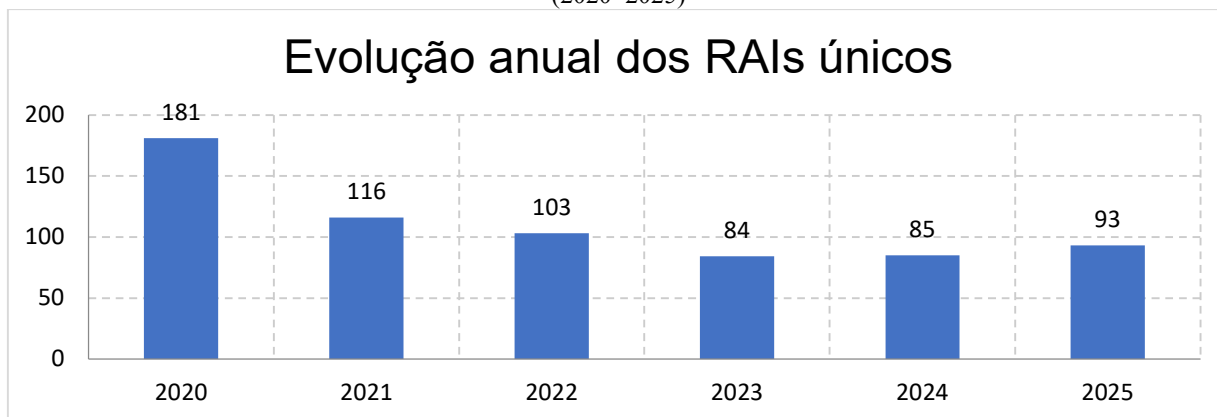
Tabela 1 – Distribuição anual dos RAIs únicos e registros de natureza reativa — Piracanjuba/GO, 2020–2025

Ano	RAIs únicos	Pares RAI+natureza	Variação anual dos RAIs	Participação no período
2020	181	191	—	27,3%
2021	116	117	-35,9%	17,5%
2022	103	105	-11,2%	15,6%
2023	84	86	-18,4%	12,7%
2024	85	87	1,2%	12,8%
2025	93	98	9,4%	14,0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Plataforma Odisseu/SSP-GO, extraídos em 09 jul. 2026.



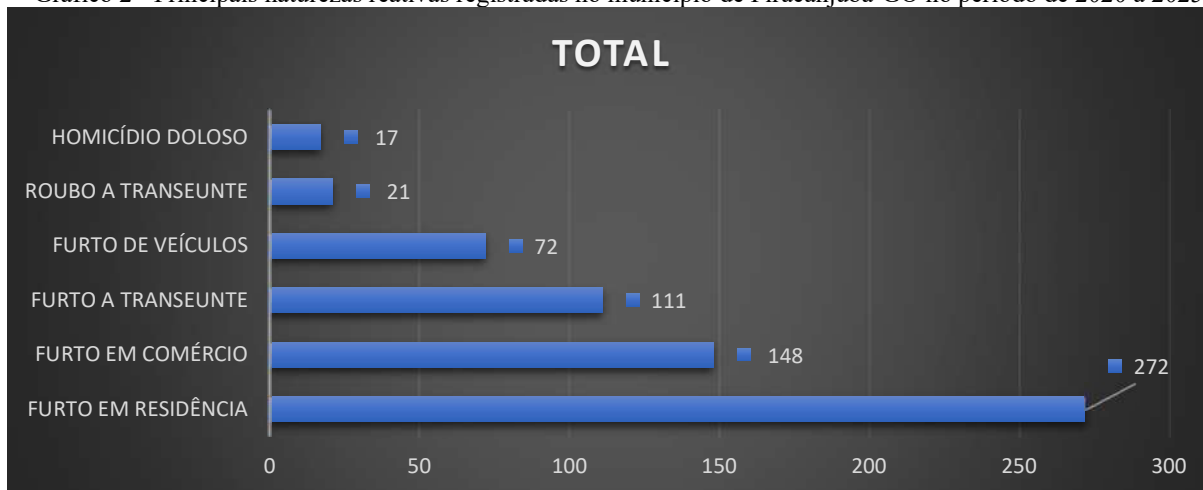
Gráfico 1 - Evolução gráfica dos Registros de Atendimento Integrado (RAIs) no município de Piracanjuba-GO (2020–2025)



Fonte: elaboração própria com base em dados da Plataforma Odisseu/SSP-GO, extraídos em 09 jul. 2026.

Os dados apresentados no Gráfico 2 demonstram que os crimes patrimoniais concentraram a maior parte das ocorrências reativas registradas no município de Piracanjuba-GO durante o período analisado. O furto em residência destacou-se como a natureza de maior incidência, totalizando 272 registros, seguido pelo furto em comércio, com 148 ocorrências, pelo furto a transeunte, com 111 registros, e pelo furto de veículos, que contabilizou 72 ocorrências. Em contrapartida, delitos de maior gravidade contra a vida, como o homicídio doloso, apresentaram frequência significativamente inferior, com 17 registros no mesmo período.

Gráfico 2 - Principais naturezas reativas registradas no município de Piracanjuba-GO no período de 2020 a 2025



Fonte: elaboração própria com base em dados da Plataforma Odisseu/SSP-GO, extraídos em 09 jul. 2026.

A predominância dos crimes patrimoniais observada em Piracanjuba-GO demonstra que grande parte das ocorrências está relacionada a delitos suscetíveis à prevenção por meio da



conscientização da população e da redução das oportunidades para a prática criminosa. Esse resultado converge com Silva e Castro (2023), que destacam que ações preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar, como orientações comunitárias e campanhas educativas, contribuem para a redução de furtos e roubos por meio da mudança de comportamento da população.

Diante desse conjunto de informações, a análise dos indicadores apresentados evidencia que, embora tenha sido registrada uma discreta elevação no número de ocorrências nos anos de 2024 e 2025, o comportamento geral da série histórica permanece marcado pela redução dos registros reativos em comparação ao início do período analisado. Esses resultados demonstram um cenário de relativa estabilidade da criminalidade local, especialmente quando observada a expressiva diminuição dos registros entre 2020 e 2023, indicando que as ações de segurança pública desenvolvidas no município têm ocorrido em um contexto de redução das ocorrências oficialmente registradas.

Os resultados obtidos corroboram as considerações de Ferreira, Rossoni e Oliveira (2022), ao evidenciarem que a efetividade do policiamento comunitário ultrapassa os indicadores tradicionais de criminalidade e envolve aspectos relacionados à prevenção, à aproximação com a comunidade e à participação social. No mesmo sentido, Rolim e Hermann (2018) também sustentam que a confiança da população representa um aspecto relevante na avaliação da atuação policial, uma vez que não pode ser mensurada exclusivamente pelo número de ocorrências registradas.

Nesse contexto, torna-se necessária a análise das ações preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar no município de Piracanjuba-GO, de modo a compreender como essas iniciativas complementam os indicadores quantitativos apresentados e contribuem para o fortalecimento da segurança pública local.

4.2 As ações preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar no município de Piracanjuba-GO

Entre as ações preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar no município de Piracanjuba-GO, destacaram-se as palestras educativas promovidas em instituições de ensino, voltadas à conscientização de crianças e adolescentes sobre temas relacionados à segurança pública, cidadania e prevenção de comportamentos de risco. Essas atividades constituem importante instrumento de



prevenção primária, uma vez que atuam antes da ocorrência do delito, disseminando informações, fortalecendo a cultura da prevenção e aproximando a corporação da comunidade escolar.

No dia 18 de novembro de 2025, foi realizada, na Escola Rosa e Azul, uma palestra com o tema "Segurança, Responsabilidade e Cidadania Digital: o uso responsável do celular nas escolas", promovida pela Polícia Militar após solicitação da direção da instituição de ensino. A atividade contou com a participação de 68 alunos do ensino fundamental, nove professores e dois coordenadores, envolvendo estudantes com idade entre dez e quatorze anos, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Palestra educativa promovida pela PM em instituição de ensino do município de Piracanjuba-GO.



Fonte: Acervo do autor (2026).

As palestras trataram da atuação da Polícia Militar na preservação da ordem pública, da importância do policiamento comunitário e dos programas institucionais desenvolvidos pela corporação. Também foram abordadas orientações sobre prevenção de crimes patrimoniais e o uso consciente da internet, com destaque para os riscos das redes sociais, crimes virtuais, proteção de dados pessoais e supervisão de crianças e adolescentes no ambiente digital.

Posteriormente, no dia 11 de junho de 2026, a Polícia Militar realizou nova ação preventiva na mesma instituição de ensino, desta vez com a palestra "Diga Não ao *Bullying*", destinada à conscientização da comunidade escolar acerca da prevenção da violência no ambiente educacional. A palestra apresentou aos participantes os conceitos jurídico e social do *bullying*, diferenciando conflitos ocasionais das práticas reiteradas de intimidação e violência psicológica, bem como esclarecendo as diversas modalidades previstas na legislação brasileira, incluindo o *bullying* verbal, físico, psicológico, moral, social, material, sexual e o *cyberbullying*.



Além da definição das diferentes formas de violência, foram discutidos os impactos psicológicos, emocionais, sociais e acadêmicos provocados pelo *bullying*, destacando consequências como ansiedade, depressão, isolamento social, evasão escolar, baixa autoestima e autolesão. Também foram apresentados os aspectos jurídicos relacionados à responsabilização dos autores, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 14.811/2024, que passou a tipificar expressamente as práticas de *bullying* e *cyberbullying*, bem como orientações para que alunos, familiares e professores identificassem precocemente situações de violência e buscassem apoio junto à escola e aos órgãos de segurança pública.

Além das ações presenciais, a Polícia Militar participou (figura 2), de forma periódica, de programas da Rádio Geração FM 103,9, emissora de alcance regional, com o objetivo de divulgar as ações desenvolvidas pela 6ª Companhia Independente da Polícia Militar (6ª CIPM), prestar orientações preventivas à população e esclarecer dúvidas relacionadas à segurança pública. As entrevistas, conduzidas pelo Coronel PM Veterano Francisco Leônidas da Silva, possuíam duração aproximada de uma hora e abordavam temas como prevenção criminal, análise de ocorrências de maior repercussão e divulgação dos programas institucionais da corporação. Essa iniciativa ampliou o alcance das ações de policiamento comunitário, fortalecendo a aproximação entre a Polícia Militar e a população dos municípios atendidos pela emissora.

A Rádio Geração FM 103,9, classificada como emissora de Classe A e operando com potência de 50 mil watts, possui ampla cobertura regional, alcançando o município de Piracanjuba, com população estimada em 24.883 habitantes (IBGE, 2022), além de Professor Jamil, Cromínia, Mairipotaba, Edéia, Edealina, Pontalina, Goiatuba, Panamá, Caldas Novas, Corumbáiba, Marzagão, Bela Vista de Goiás, Cristianópolis, São Miguel do Passa Quatro, Pires do Rio, Goiânia e outras localidades, com potencial de alcançar até 2 milhões de pessoas, conforme informações institucionais da emissora. Além da abrangência do sinal de radiodifusão, a emissora mantém presença nas principais plataformas digitais, contabilizando aproximadamente 1.713 seguidores no Instagram, 1,35 mil inscritos no YouTube e 3,6 mil seguidores no Facebook, ampliando o alcance das campanhas para além da transmissão convencional.



Figura 2 – Participação da Polícia Militar em programa da Rádio Geração FM 103,9



Fonte: Acervo do autor (2026).

Desde modo, ao promover o diálogo com estudantes, profissionais da educação e familiares, a instituição amplia a confiança social, incentiva comportamentos preventivos e contribui para a construção de ambientes escolares mais seguros. Esse resultado converge com o entendimento de Ferreira, Rossoni e Oliveira (2022), segundo os quais o policiamento comunitário prioriza a prevenção da violência e a participação social como elementos centrais da segurança pública.

Ainda, as ações analisadas demonstram que o policiamento comunitário fortalece a gestão da segurança pública ao articular prevenção, participação social e aproximação entre a instituição policial e a comunidade. Essa constatação corrobora as considerações de Chiavenato (2014), segundo as quais a eficiência organizacional está diretamente associada ao planejamento e à adoção de estratégias compatíveis com as demandas sociais.

4.3 A atuação operacional preventiva da Polícia Militar no fortalecimento da segurança pública

Além das ações educativas realizadas nas escolas, a PMGO intensificou ações operacionais de caráter preventivo em diferentes pontos de Piracanjuba-GO, por meio de abordagens, fiscalizações de trânsito e operações ostensivas. Ainda que essas atividades incluam medidas fiscalizatórias, seu objetivo também é prevenir a ocorrência de delitos, ampliar a presença policial e fortalecer a sensação de segurança da população.



Conforme demonstrado no item 4.1, os crimes patrimoniais, especialmente os furtos, representam a principal natureza de ocorrência registrada no município, com 72 ocorrências no período analisado. Em parte desses casos, a prática delituosa é favorecida por comportamentos que aumentam a vulnerabilidade das vítimas. Em cidades do interior, onde predominam relações de confiança entre os moradores e os índices de violência costumam ser inferiores aos observados nos grandes centros urbanos, ainda é comum que proprietários deixem motocicletas estacionadas com a chave na ignição ou adotem outros hábitos que acabam facilitando a ação de infratores.

Nesse contexto, a atuação preventiva da Polícia Militar inclui a orientação da população sobre medidas de autoproteção capazes de reduzir a vulnerabilidade aos crimes patrimoniais. Cuidados simples, como retirar a chave da ignição antes de se afastar da motocicleta, situação exemplificada na Figura 3, utilizar dispositivos de segurança e evitar deixar veículos em condições que facilitem sua subtração contribuem para reduzir as oportunidades de ação dos infratores. Essas orientações complementam o policiamento ostensivo e reforçam a importância da participação da comunidade na prevenção da criminalidade.

Figura 3 – Motocicleta encontrada estacionada em via pública com a chave na ignição durante ação preventiva da Polícia Militar em Piracanjuba-GO.



Fonte: Acervo do autor (2026).

Os resultados observados corroboram o entendimento de Silva e Castro (2023), ao evidenciarem que a redução dos crimes patrimoniais depende não apenas da repressão policial, mas



também da conscientização da população e da adoção de medidas preventivas capazes de diminuir as oportunidades para a prática criminosa. Assim, a orientação realizada durante o policiamento ostensivo incentiva a adoção de medidas de autoproteção e reforça a corresponsabilidade entre Estado e comunidade na prevenção da criminalidade e na promoção da segurança pública.

4.4 Proposta de aperfeiçoamento do registro das ações de policiamento comunitário

Ao longo da pesquisa, verificou-se que muitas ações preventivas realizadas pela Polícia Militar deixam de ser registradas de maneira sistematizada nos sistemas institucionais. Como consequência, informações relacionadas às atividades desenvolvidas, ao público atendido e aos recursos empregados tornam-se de difícil consolidação, reduzindo a disponibilidade de dados para avaliação e planejamento. Nesse sentido, propõe-se o aprimoramento no formulário eletrônico destinado ao registro dessas ações, com o objetivo de organizar as informações produzidas, facilitar o acompanhamento das iniciativas preventivas e fornecer subsídios para a gestão da atividade policial.

Pois, essa limitação dificulta a produção de indicadores para o planejamento institucional e a avaliação das ações preventivas. Além disso, as horas efetivamente dedicadas a essas atividades deixam de ser registradas nos sistemas da corporação, o que reduz a visibilidade do trabalho desenvolvido pelos policiais militares e dificulta a mensuração da produtividade operacional.

O formulário proposto contemplará informações sobre a natureza da atividade, público-alvo, tema abordado, tipos de crimes relacionados às orientações, local de realização, efetivo empregado, duração da ação, número estimado de participantes, instituições parceiras e registro fotográfico. Com a padronização desses dados, será possível acompanhar de forma mais consistente as ações desenvolvidas e produzir indicadores que apoiem a gestão e o planejamento institucional. A utilização desse instrumento permitirá acompanhar com maior precisão o alcance das ações de policiamento comunitário, fornecendo informações que poderão orientar o planejamento operacional e ampliar o conhecimento institucional sobre as atividades preventivas desenvolvidas. O modelo do formulário proposto encontra-se apresentado no Apêndice B.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu compreender que o policiamento comunitário representa uma estratégia de prevenção criminal e fortalecimento da PMGO, especialmente em municípios de pequeno porte, onde a proximidade entre a corporação e a comunidade favorece a construção de relações de confiança e cooperação. A análise da literatura e das ações desenvolvidas em Piracanjuba-GO demonstrou que a prevenção policial vai além do atendimento de ocorrências, abrangendo atividades educativas e ações de aproximação com a comunidade.

A pesquisa alcançou o objetivo proposto ao demonstrar que o policiamento comunitário exerce papel relevante na prevenção da criminalidade, ao mesmo tempo em que fortalece a relação de confiança entre a Polícia Militar e a comunidade. Os objetivos específicos também foram atendidos, pois a análise permitiu compreender a importância da aproximação entre polícia e sociedade, reconhecer o caráter preventivo das ações desenvolvidas pela corporação e identificar como essas iniciativas contribuem para reduzir situações que favorecem a prática de delitos.

Apesar de atividades como palestras, visitas comunitárias e entrevistas em emissoras de rádio fazerem parte da rotina da Polícia Militar, muitas delas não são registradas de forma padronizada nos sistemas institucionais. Com isso, informações sobre o alcance dessas iniciativas, o público atendido, os temas abordados e o tempo dedicado pelos policiais militares deixam de ser consolidadas. Essa limitação dificulta o acompanhamento das ações preventivas, reduz a disponibilidade de indicadores para a gestão e compromete a visibilidade de um trabalho que mobiliza recursos humanos e operacionais da corporação.

Como proposta de aprimoramento, este estudo apresenta, no **Apêndice B**, um modelo de formulário eletrônico para o registro das ações de policiamento comunitário. O instrumento foi elaborado para padronizar o registro das atividades preventivas e reunir informações sobre o efetivo empregado, o tempo dedicado às ações, o público atendido, os temas abordados e a área de atuação. Com esses dados, a corporação poderá produzir indicadores que apoiem o planejamento, o acompanhamento das ações preventivas e a valorização institucional do policiamento comunitário.

Por fim, conclui-se que o fortalecimento do policiamento comunitário depende não apenas da execução das ações preventivas, mas também da capacidade da instituição de registrá-las, acompanhá-las e utilizá-las como fonte de informação para a gestão. A implementação de



mecanismos de monitoramento pode contribuir para ampliar o conhecimento sobre essas iniciativas e aperfeiçoar o planejamento institucional.

Como continuidade deste estudo, recomenda-se avaliar a aplicação do modelo de registro proposto e desenvolver pesquisas que investiguem seus efeitos sobre a gestão das ações preventivas, os indicadores de criminalidade e a percepção de segurança da população.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Daniel Araujo de; SALGADO, Nayara de Amorim. **Policamento comunitário na Polícia Civil de Minas Gerais: Notas sobre uma tentativa de mudança organizacional.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 13, p. 849-872, 2021.

BARBOSA, Wendell de Freitas. **Ocorrências policiais: como os acontecimentos nos bairros tornam-se caso de polícia.** Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 16, p. e47088, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mai. 2026.

CÂMARA DOS SANTOS JÚNIOR, Durvalino. **Polícia comunitária como garantia de segurança do cidadão.** Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 9. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

FERREIRA, Daniel Victor de Sousa; ROSSONI, Luciano; OLIVEIRA, Cintia Rodrigues de. **Lógicas institucionais do policiamento comunitário: esquema analítico e agenda de pesquisa para o contexto brasileiro.** Revista de Administração Pública, v. 56, p. 134-162, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Carla Alexandra. **Metodologia do trabalho científico.** 2022.

GOIÁS. **Polícia Militar de Goiás.** Disponível em: <https://goias.gov.br/casacivil/policia-militar-de-goias/>. Acesso em: 09 mai. 2026.

GOIÁS. **Goiás é o quinto estado com menos assassinatos no país em 2025.** Disponível em: <https://goias.gov.br/goias-e-o-quinto-estado-com-menos-assassinatos-no-pais-em-2025/>. Acesso em: 9 mai. 2026.



GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Plataforma Odisseu**. Goiânia: SSP-GO, 2026. Disponível em: <https://odisseu.ssp.go.gov.br/sso/>. Acesso em: 09 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Piracanjuba: panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/piracanjuba/panorama>. Acesso em: 24 jul. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MUNIZ, Jacqueline et al. **Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário**. Tempo social, v. 9, p. 197-213, 1997.

PEREIRA, Natália Ximenes; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. **Observação e análise documental as suas contribuições na pesquisa científica**. Humanidades e Tecnologia (Finom), v. 46, n. 1, p. 63-74, 2024.

PEREIRA, Gilberto Gonçalves; SILVA, Vinícius dos Santos. **Polícia comunitária: definições e implantação na Polícia Militar do Estado de Goiás**. 2018.

PINTO, Liliane Araújo et al. **Valores em serviços de policiamento comunitário: o Programa Ronda do Quarteirão sob a ótica da teoria da cadeia de meios e fins**. Revista de Administração Pública, v. 46, p. 333-357, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

RÁDIO GERAÇÃO FM. **Instagram**. Disponível em: https://www.instagram.com/radio_geracao/. Acesso em: 24 jul. 2026.

RÁDIO GERAÇÃO FM. **Facebook**. Disponível em: https://www.facebook.com/radiogeracao/?locale=pt_BR. Acesso em: 24 jul. 2026.

RÁDIO GERAÇÃO FM. **Canal oficial no YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/@Gera%C3%A7%C3%A3oFM1039>. Acesso em: 24 jul. 2026.

ROLIM, Marcos Flávio; HERMANN, Daiana. **Confiança nas polícias: percepção dos residentes e desafios para a gestão**. Sociologias, v. 20, n. 48, p. 188-211, 2018.

SILVA, Lucas Mariano da; CASTRO, Fernando Castelo de. **Polícia comunitária: solução para a criminalidade no Estado de Goiás**. Goiânia: Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM), 2023.



SILVA, Geélison Ferreira da et al. **A construção institucional da força policial e os padrões de policiamento na América Latina.** Revista Brasileira de Ciência Política, v. 44, p. e283513, 2025.



APÊNDICE A – OFÍCIO Nº 61583/2026/PM



OFÍCIO Nº 61583/2026/PM

PIRACANJUBA, 09 de junho de 2026.

Ao Senhor

Tenente Coronel QOPM Marcelo Dias De Mendonça

Comandante do 19º Comando Regional da Polícia Militar - 19º CRPM

Rua 33, S/N, QD. K5, LT. 01, Complexo Da Polícia Militar, Lagoa Quente
Caldas Novas/GO.

Assunto: Autorização de pesquisa - CEGESP/2026/B

Senhor Comandante,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico que estou devidamente matriculado e cursando o Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP), de acordo com a homologação das inscrições constantes no respectivo processo administrativo.

Como exigência de conclusão da especialização, devo apresentar um artigo científico ao final do curso e, para isso, me propus a realizar a pesquisa intitulada **“A Atuação da Polícia Comunitária na Prevenção de Crimes em Cidades Interioranas”**, objetivando analisar de que maneira as ações de policiamento comunitário desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado de Goiás contribuem para a prevenção criminal, fortalecimento da confiança social, melhoria da imagem institucional da corporação e ampliação da eficiência preventiva da segurança pública, com ênfase na gestão organizacional aplicada à segurança pública.

A pesquisa será desenvolvida sob a orientação da Professora Dra. Reycilane Carvalho Silva.

Encaminho o pré-projeto de pesquisa contendo tema, problema, justificativa, objetivos e metodologia, para fins de análise e autorização do pleito.

Para o desenvolvimento da pesquisa, será necessário acesso a informações institucionais referentes às ações de policiamento comunitário realizadas no município de Piracanjuba-GO, no período compreendido entre abril de 2025 e abril de 2026, especialmente registros relacionados à realização de palestras educativas, visitas escolares, visitas comunitárias, orientações preventivas, participações em programas de rádio, campanhas educativas e demais ações desenvolvidas no contexto do policiamento comunitário.



Também será necessário acesso aos dados estatísticos de criminalidade disponíveis para o município no mesmo período, especialmente informações relacionadas a crimes patrimoniais, estelionatos, violência doméstica, ocorrências envolvendo drogas, crimes contra a pessoa e demais indicadores que possam contribuir para análise da efetividade das ações preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar junto à comunidade local.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa serão documentos institucionais, registros administrativos, dados estatísticos de criminalidade e informações relacionadas às ações de policiamento comunitário desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado de Goiás no município de Piracanjuba-GO.

Certo de que a pesquisa poderá contribuir para o fortalecimento das estratégias preventivas de segurança pública, para a valorização das ações comunitárias desenvolvidas pela Polícia Militar e para o aperfeiçoamento da gestão institucional da corporação, comprometo-me a juntar neste processo SEI, para ciência, o resultado final da pesquisa, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Dessa forma, solicito a Vossa Senhoria, na medida do possível, gestões junto ao Comando Geral da Polícia Militar de Goiás encaminhando essa solicitação para autorização para a pesquisa intitulada **"A Atuação da Polícia Comunitária na Prevenção de Crimes em Cidades Interioranas"**.

Respeitosamente,

Victor Gonçalves Daher Romano - Capitão QOPM

Aluno do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública – CEGESP



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR GONCALVES DAHER ROMANO, Comandante**, em 09/06/2026, às 14:51, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **91556074** e o código CRC **BE081D2B**.



Referência: Processo nº 202600002071315



SEI 91556074



APÊNDICE B - PROPOSTA DE FORMULÁRIO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DAS AÇÕES PREVENTIVAS DESENVOLVIDAS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Este apêndice apresenta um modelo de formulário eletrônico para o registro padronizado das ações preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado de Goiás no âmbito do policiamento comunitário. A proposta surgiu a partir dos resultados desta pesquisa, que identificaram a necessidade de um instrumento específico para documentar atividades como palestras educativas, visitas comunitárias, entrevistas em meios de comunicação e outras iniciativas de aproximação entre a corporação e a comunidade.

O formulário reúne informações sobre a natureza da atividade, público-alvo, temas abordados, tipos de crimes relacionados às orientações, efetivo empregado, tempo de serviço e número de participantes, entre outros dados relevantes para o acompanhamento das ações preventivas. Sua implementação poderá contribuir para a padronização dos registros, a produção de indicadores institucionais e o fortalecimento da gestão das atividades de policiamento comunitário.

DADOS GERAIS

Data da atividade: ____/____/____

Horário de início: __:__

Horário de término: __:__

Tempo total da atividade: ____ horas ____ minutos

Local da atividade: _____

Endereço: _____

Policiais participantes: _____

TIPO DA AÇÃO PREVENTIVA COMUNITÁRIA (PROATIVA)

☐ Simulado

☐ Demonstrações Técnica

☐ Palestra/Instrução

☐ Campanha nas rádios/TV local

☐ Seminário ou afim

☐ Campanha nas redes sociais

☐ Exposição de equipamentos

**TEMA DA ORIENTAÇÃO**

- | | |
|---|---|
| ☐ Drogas | ☐ Crimes patrimoniais |
| ☐ Bullying | ☐ Segurança no trânsito |
| ☐ Cyberbullying | ☐ Uso seguro da internet |
| ☐ Crimes virtuais | ☐ Redes sociais |
| ☐ Golpes eletrônicos | ☐ Jogos on-line |
| ☐ Estelionato | ☐ Patrulha Escolar |
| ☐ Violência doméstica | ☐ PROERD |
| ☐ Violência contra a mulher | ☐ Polícia Mirim |
| ☐ Violência contra crianças e adolescentes | ☐ Outro: |

CRIMES RELACIONADOS À ORIENTAÇÃO

- | | |
|--|---|
| ☐ Furto | ☐ Crimes contra a honra |
| ☐ Roubo | ☐ Invasão de dispositivo |
| ☐ Estelionato | ☐ Tráfico de drogas |
| ☐ Extorsão | ☐ Violência doméstica |
| ☐ Cyberbullying | ☐ Outros |

PÚBLICO ALCANÇADO

Crianças: _____

Adolescentes: _____

Adultos: _____

Idosos: _____

Total de participantes: _____

APOIO EXTERNO

- | | |
|---------------------------------|-------------------------------------|
| ☐ Escola | ☐ Prefeitura |
|---------------------------------|-------------------------------------|



- ☐ Conselho Tutelar
- ☐ Ministério Público
- ☐ Rádio

- ☐ TV
- ☐ Associação
- ☐ Outro

DIVULGAÇÃO

- ☐ Rádio
- ☐ Televisão
- ☐ Redes sociais
- ☐ Site institucional
- ☐ Não houve divulgação

MATERIAL EDUCATIVO DISTRIBUÍDO:

- ☐ Sim
- ☐ Não

REGISTRO DA AÇÃO

Houve registro fotográfico?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Anexar:

OBSERVAÇÕES: _____

O formulário apresentado neste apêndice foi elaborado com base nos resultados desta pesquisa e tem como finalidade aprimorar o registro das ações preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado de Goiás. A padronização dessas informações permitirá acompanhar as atividades de policiamento comunitário, registrar o tempo de serviço empregado, identificar o público atendido e os temas abordados, além de fornecer dados que apoiem a produção de indicadores e o planejamento institucional.